

entrevista da semana

Temístocles Telmo Ferreira Araújo, Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança

'Segurança não se faz com grupo de WhatsApp'

THAINÁ LAMA

thainalaraujo@gabc.com.br

"É preciso postura", recomenda o coronel Temístocles Telmo Ferreira Araújo quando perguntado sobre como a sociedade pode ajudar na redução da criminalidade.

Criador do Programa Vigilância Solidária e atual coordenador estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, diz que pessoas não podem reclamar de crimes contra o patrimônio se, ao sair do condomínio, deixam o portão aberto.

A violência é também, admitido, fruto de questões estruturais, como a corrupção. O Grande ABC sofre com roubos e furtos de veículos, diz, por possuir inúmeras rotas de fuga, o que facilita a ação dos bandidos – aos quais defende pena mais dura.



RAIO X

Nome: Temístocles Telmo Ferreira Araújo

Estado civil: casado

Idade: 54 anos

Local de nascimento: São Catarina

Formação: doutor e mestre em ciências policiais, segurança e ordem pública e pós-graduado em direito penal

Hobby: corrida ao ar livre em parques

Local preferido: praia caseira

Livro que recomenda: Candelária: A

Cultura do Candelário e o Prêjuízo

gamento nos Rios Sociais, de Marcelo

Wagner de Moraes

Personalidade que marcou sua vida:

Ayrton Senna

Profissão: policial militar

Onde trabalha: Coordenadoria Estadual

dos Conselhos Comunitários de

Segurança, na Capital

Como é seu trabalho na coordenação estadual dos conselhos de segurança?

Os conselhos comunitários de segurança completaram em maio 38 anos. Foi um ato do governador Franco Montoro em 1985. A época era secretário de Segurança o (futuro) presidente Michel Temer. No aniversário dos Conselhos, o presidente disse como nasceram os conselhos, de uma visita que ele fez a Los Angeles (nos Estados Unidos), onde tinha esse agrupamento de pessoas que lutavam pelas condições de segurança na comunidade. E assim foi implantado em São Paulo. Consseg são um grupo de voluntários que prestam serviço social de soluções para a segurança pública. Reúnem-se pelo menos uma vez por mês e discutem assuntos para a melhoria da segurança local. Ao longo dos anos, os Consseg passaram a ser uma política de segurança pública. Assim que o governador assinou o decreto, foi criada a resolução onde se estabeleceu a composição dos Consseg. Eles têm uma diretoria – com o presidente, o vice-presidente, o primeiro e o segundo secretários e os diretores comunitário e social – e a obrigatoriedade de participação do gestor de polícia local, que é ou o capitão comandante de companhia ou o delegado titular do distrito. Por isso, além de ser uma política pública de segurança, também canal desburocratizado para falar diretamente com o Estado, porque o Consseg representa o próprio governador.

Uma crise recente foram as demandas, acabam tendo a solução e aí não voltam mais. Mas temos também pessoas, uma média de 40 a 50 em cada Consseg, que participam ativamente de todas as reuniões mensais.

Na prática, como os Consseg ajudam a solucionar questões de segurança?

Tem desde a falta de policiamento até a perturbação de sossego – aliás, esta é bastante recorrente – e de zeladoria. O nosso regulamento prevê o convite de representantes de algumas entidades, como, por exemplo, Guarda Municipal, Câmara dos Vereadores, Prefeitura, que são chamados de membros institucionais. Então, como invariavelmente estão presentes nas reuniões, levam as demandas e agilizam as soluções. A questão do policiamento: como já estão ali o capitão e o delegado, consegue-se fazer o ajuste. Basta ter uma crise que as pessoas se socorrem dos Consseg.



“É um problema: pessoas levam a demanda (ao Consseg), acabam tendo a solução e aí não voltam mais.”

Qual o papel do Programa Vizinhança Solidária hoje na segurança pública?

O programa nasceu em Santo André em 2009, como ferramenta de polícia comunitária para aproximar a sociedade e levar cultura de prevenção. Ou seja, o cidadão também cuidando da sua segurança e não só o Estado, por meio da presença da vítima. Em 2012, fomos convidados pelo comandante da Polícia Militar para implantar o programa em todo o Estado. Hoje é uma realidade. São mais de 5.000 núcleos em 340 municípios do Estado. O grande desafio, atualmente é trazer o programa para a gestão da segurança pública. Queremos trazer tanto a gestão quanto a governança do programa para dentro da Secretaria de Segurança Pública para agregar com as demais ações que estão sendo desenvolvidas, como Muraiha Paulista, o Detecta...

Quais os próximos passos? No segundo semestre, a

ideia é agregar tecnologia ao programa, criar um aplicativo, uma startup, em que o cidadão encontra os indicadores criminais da sua região, se ali tem o Vizinhança Solidária, o Consseg, o que se pode fazer para melhorar a segurança. A ideia é transformar o programa em ferramenta de inteligência, não só ser este programa de aproximação da sociedade com a polícia, para citar as pessoas para que elas possam, inclusive, trazer soluções executivas.

Por que é importante para as pessoas participarem dos Consseg ou do Programa Vizinhança Solidária?

Tem uma frase que sempre digo: além de ser importante, é a oportunidade de fazer parte da solução do problema. Consseg e Vizinhança Solidária não são apenas um grupo de WhatsApp. É um grupo que mostra que as pessoas precisam melhorar as posturas. Não adianta ter uma placa de Vizinhança Solidária na rua, mas esquecer de fechar o portão, criando um ponto vulnerável no caso de condomínios. São coisas que as pessoas precisam entender.

Na Grande ABC, os indicadores de crimes patrimoniais, como roubos e furtos de veículos, aumentaram bastante, especialmente em Santo André. Qual é a explicação?

Santo André tem muitas divisas, especialmente com a Capital, o que torna a cidade local em que o infrator tem muitas rotas de fuga. Santo André faz divisa com a Zona Leste, com São Bernardo, que, por sua vez, vai fazer divisa com Diadema, com a Zona Sul. É tudo muito próximo. No Centro de São Paulo, por exemplo, não se tem este problema. Roubo de veículo lá é quase zero, porque não tem rota de fuga. É aquela teoria das oportunidades: o criminoso entende que lhe é favorável (agir em Santo André não na Capital). Por isso são importantes o programa Muraiha Paulista e a prevenção. É preciso diminuir a oferta para o criminoso.

Como assim?

Tudo começa com o planejamento. Quando você vai a um lugar com seu carro, verificou se há estacionamento em que se possa guardá-lo com segurança? Mas se o estacionamento é muito caro e você opta por deixar o carro na rua, você avaliou se o lugar em que vai deixá-lo é seguro na hora em que, acabado o seu compro-

missão, vai voltar para pegá-lo ou vai ser o último veículo lá na ponta? Em 2023, por que se colocar em situação de vulnerabilidade com o carro? Há soluções tecnológicas. Por que não ir de transporte por aplicativo? E acreditar na sua intuição. Se tiver uma pessoa em atitude suspeita perto do seu carro, volte para onde estava, peça para alguém lhe acompanhar ou ligue para o 190. Não dá chance para o azar. E nunca seja.

A questão da segurança é complexa e a população tem a sensação de que o trabalho da polícia é enxugar gelo, já que a corporação prende e a Justiça solta. Há solução?

A nossa legislação é favorável ao criminoso, que trabalha com a teoria da economicidade do crime. O criminoso é racional. Sabe que a probabilidade de ser preso é pequena, a de ser processado é mínima, a de ser condenado é menor ainda e a de cumprir sentença na íntegra é zero. Tome-se como exemplo a audiência de custódia: de cada dez presos hoje em flagrante no Estado de São Paulo, amanhã seis estarão nas ruas. A cada 100 presos, apenas dois chegam para cumprir a pena. Nossa legislação é permissiva. O que fazer? Endurecê-la. Não temos prisioneiros em caráter perpétuo no Brasil, talvez devêssemos ter para alguns crimes.

Para quais crimes?

Estupro, latrocínio. Olhe os casos que vocês noticiam todos os dias. Elize Matsunaga e Suzane Von Richthofen estão sendo beneficiadas pelo sistema atual.

“Nossa legislação é favorável ao criminoso. A probabilidade de cumprir sentença na íntegra é zero.”



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4